



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Des. Patriota Malta

**6ª CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288659-3**

**COMARCA: 2ª VARA CÍVEL DE PETROLINA**

**APELANTE: IRINEU FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**APELADO: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE CANCELAMENTO DE PROTESTO C/C PERDAS E DANOS MORAIS – PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA REJEITADA À UNANIMIDADE – MÉRITO – RESPONSABILIDADE PELA BAIXA DO PROTESTO – ART. 2º, DA LEI 6.690/79 E ART. 26, DA LEI Nº 9492/97 – PAGAMENTO COM ATRASO – PROTESTO REGULAR – DANOS MORAIS INDEVIDOS - APELO DESPROVIDO – SENTENÇA PRESERVADA - DECISÃO UNÂNIME.

**ACÓRDÃO:** Vistos, relatados e discutidos estes autos da **APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288659-3**, em que figuram como Apelante **IRINEU FERREIRA NOBRE PETROLINA** e como Apelado **BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**, os Senhores Desembargadores componentes da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco acordam o seguinte: "À **unanimidade, rejeitou-se a preliminar de ilegitimidade passiva. Mérito: por unanimidade, negou-se provimento à apelação, nos termos dos votos da turma**". Revisão em mesa acompanhando integralmente o voto do Relator.

Recife, 01 de abril de 2013.

**Des. José Carlos Patriota Malta**  
Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Desembargador Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288659-3**

**APELANTE: IRINEU FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**ADV: ISRAEL FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**APELADO: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**

**ADV: RUBENS GASPAR S/A E OUTROS**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**RELATÓRIO**

**Ação:** Cuida-se de Ação de Cancelamento de Protesto c/c Perdas e Danos Morais.

**Sentença Recorrida:** A Decisão, de fls. 152/155v, nos moldes do art. 269, I, do CPC, julgou improcedentes os pedidos da exordial. Revogou a liminar anteriormente concedida. Deixou de condenar os réus/apelados no pagamento de indenização. Condenou a parte autora/apelante no pagamento dos honorários advocatícios, estes arbitrados em 20% a incidir sobre o valor da causa.

**Objeto:** Apelação com pedido de reforma total da sentença hostilizada (fls. 161/166).

**Razões recursais:** Argumenta que as apeladas agiram de forma negligente, apenas retirando o protesto após mais de 8 (oito) meses do pagamento, mediante liminar judicial. Afirma que o caso em comento evidencia a ocorrência de ato ilícito praticado pelas apeladas, na medida em que não excluíram o protesto mesmo após o pagamento, devendo ocorrer, então, a reparação indenizatória a título de danos morais. Alternativamente, requer a redução dos honorários advocatícios.

**Contra-razões:** Contra-razões do Banco Bradesco S.A., às fls. 173/176, ventilando a preliminar de ilegitimidade passiva e, no mérito, pugnando pela manutenção da decisão *a quo* e, conseqüentemente, pela improcedência da Apelação.

**É o que importa relatar.**

**À Doute Revisão.**

Recife, 30 de outubro de 2012.

**Des. José Carlos Patriota Malta**

Relator



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288659-3**

**APELANTE: IRINEU FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**ADV: ISRAEL FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**APELADO: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**

**ADV: RUBENS GASPAR S/A E OUTROS**

**ÓRGÃO JULGADOR: 6ª CÂMARA CÍVEL**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**VOTO RELATOR**

**PRELIMINAR: ILEGITIMIDADE PASSIVA**

Segundo o recorrente, por não ter sido citado como causador dos danos, pois foi apenas intermediador do suposto contrato, agindo na qualidade de simples mandatário do endossante, é parte passivamente ilegítima para figurar na demanda.

Todavia, há muito o Superior Tribunal de Justiça vem reconhecendo a legitimidade passiva do banco endossatário que realiza protesto de título de crédito, no caso de endosso-mandato, em ação de indenização por danos morais.

Confira-se:

*"RECURSO ESPECIAL. PROTESTO INDEVIDO DE DUPLICATA. ENDOSSO-MANDATO. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA INSTITUIÇÃO FINANCEIRA. PRECEDENTES. SÚMULA 83/STJ. 1. No que tocante à ilegitimidade do recorrente para figurar no pólo passivo da demanda, razão não lhe assiste. O acórdão recorrido acompanha entendimento mais recente desta Corte quando reconhece a legitimidade passiva do banco endossatário que realiza protesto indevido de título de crédito, no caso de endosso-mandato, em ação de indenização por danos morais. 2. Incidência da Súmula 83/STJ. 3. Agravo regimental a que se nega provimento." (STJ, AgRg no RECURSO ESPECIAL Nº RS, Rel. Min. HONILDO AMARAL DE MELLO CASTRO (Desembargador convocado do TJAP), 4ª Turma, DJ: 15/06/2010 - grifei ).*

Nesse passo, por ter protestado o título de crédito, sua responsabilidade, em caso de efetiva condenação, é solidária na ação de indenização por danos morais.

Rejeito, então, a presente preliminar.



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

---

**MÉRITO:**

Na sentença o pedido foi julgado improcedente ao fundamento de que compete ao devedor o cancelamento do registro do protesto em seu nome.

A parte apelante alega, em síntese, que as apeladas agiram de forma negligente, apenas retirando o protesto após mais de 8 (oito) meses do pagamento, não entendendo ser de sua competência a obrigação de efetuar a baixa dos protestos. Segue alegando a configuração do dano moral, devendo as partes rés serem condenadas a pagar-lhe indenização pelo sofrimento causado com a demora no cancelamento do protesto.

Em que pese o inconformismo do autor, deve ser mantida a sentença de primeiro grau.

A questão trazida em juízo é de fácil análise, não comportando maiores considerações.

Com efeito, estabelece o artigo art. 2º da Lei 6.690/79:

*"Art. 2º: Será cancelado o protesto de títulos cambiais posteriormente pagos mediante a exibição e a entrega, pelo devedor ou procurador com poderes especiais, dos títulos protestados, devidamente quitados, que serão arquivados em cartório".*

Por sua vez, o art. 26 da Lei nº 9.492/97 assim estabelece:

*"Art. 26: O cancelamento do registro do protesto será solicitado diretamente no Tabelionato de Protesto de Títulos, por qualquer interessado, mediante apresentação do documento protestado, cuja cópia ficará arquivada".*

Vê-se, portanto, da simples leitura dos dispositivos legais acima mencionados, que a responsabilidade pela baixa do protesto não é exclusivamente das apeladas, podendo o próprio devedor efetuar o cancelamento mediante simples comprovação de que o título foi quitado.

Ademais, compulsando os autos, observo a existência de dívida no valor de R\$ 765,36 (setecentos e sessenta e cinco reais e trinta e seis reais) com vencimento em 29.07.2009 e que o pagamento, conforme o depósito de fl. 12, apenas demonstra a quitação no dia 10.08.2009, ou seja, efetuado com atraso.



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

Depreendo, também, que a declaração da quitação da dívida apenas consta no dia 19.01.2010, ou seja, como bem delineado pelo juízo de piso, presume-se a demora da parte autora/apelante em requerer o cancelamento do protesto.

Vê-se, portanto, que o protesto deu-se de forma regular, diante da inadimplência do devedor, não havendo falar em protesto indevido a ensejar indenização por danos morais.

Assim, a partir deste momento da quitação, cabia ao autor/apelante, maior interessado, promover a retirada do seu nome do protesto, portando dos documentos necessários para tanto.

Neste sentido:

**E M E N T A -APELAÇÃO CÍVEL -AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS -PROTESTO DE TÍTULO REALIZADO NO EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO -EXTINÇÃO DA DÍVIDA -OBRIGAÇÃO DO DEVEDOR DE CANCELAR O PROTESTO -ARTIGO 26, § 4º, DA LEI 9.492/97 -CULPA -DANO MORAL -INEXISTENTES -SENTENÇA MANTIDA -RECURSO IMPROVIDO.** A existência de protesto legítimo do título enseja a manutenção do apontamento perante o tabelionato respectivo até que o devedor providencie a baixa, afastando qualquer obrigação do credor de indenizar o devedor por ato que competia àquele, pois cabe ao devedor, após o pagamento do débito, na condição de interessado, o ônus de proceder a baixa e o cancelamento do protesto. (TJMS; AC Exmo. Sr. Des. Fernando Mauro Moreira Marinho; 24/01/2012)

**AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PROTESTO REGULAR LEVADO A EFEITO QUANDO EFETIVAMENTE HAVIA DÉBITO PENDENTE. PAGAMENTO POSTERIOR.** No caso em concreto, não se justifica a condenação da instituição financeira demandada ao pagamento de indenização por danos morais, pelo fato de ter efetuado protesto de letra de câmbio ao tempo em que, fato incontroverso, estava a autora inadimplente. **CANCELAMENTO DO PROTESTO. ÔNUS DO DEVEDOR, NO CASO CONCRETO. É da parte devedora a responsabilidade pelo cancelamento do protesto, considerando a quitação do título após o seu vencimento.** Inteligência do... (70049563406 RS , Relator: Otávio Augusto de Freitas Barcellos, Data de Julgamento: 05/09/2012, Décima Quinta Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/09/2012)



Tribunal de Justiça de Pernambuco  
6ª. Câmara Cível  
Gabinete do Des. José Carlos Patriota Malta

**APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - PROTESTO DE TÍTULO REALIZADO NO EXERCÍCIO REGULAR DO DIREITO DO CREDOR - POSTERIOR QUITAÇÃO DA DÍVIDA - CANCELAMENTO DO PROTESTO: ÔNUS QUE INCUMBE AO DEVEDOR - INÉRCIA DO INTERESSADO - DANOS MORAIS INDEVIDOS - SENTENÇA REFORMADA - INVERSÃO DA SUCUMBÊNCIA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. A inscrição no cadastro restritivo, ocorrida por força do art. 29 da Lei de Protesto, para ser baixada depende de anterior cancelamento ou baixa do protesto.2. Nos termos do artigo 26, § 1º e 2º, da Lei 9.492/97, é ônus do devedor promover a baixa do protesto, após o pagamento da dívida.26§ 1º2º9.492(8304207 PR 830420-7 (Acórdão), Relator: Francisco Luiz Macedo Junior, Data de Julgamento: 15/03/2012, 9ª Câmara Cível)**

Por conta dessa soma de razões, meu voto é para **NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO, preservando Intocada a sentença vergastada.**

**É COMO VOTO.**

- Recife, 26/03/2013. *[Assinatura]*  
*[Assinatura]*



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO**  
*Gabinete Des. Eduardo Augusto Paurá Peres*

---

**SEXTA CÂMARA CÍVEL**

**APELAÇÃO CÍVEL Nº 0288659-3**

**APELANTE: IRINEU FERREIRA NOBRE PETROLINA**

**APELADO: BANCO BRADESCO S/A E OUTROS**

**RELATOR: DES. JOSÉ CARLOS PATRIOTA MALTA**

**REVISOR: DES. EDUARDO AUGUSTO PAURÁ PERES**

**VOTO-REVISÃO**

Ative-me atentamente ao voto proferido pelo Nobre Relator e, quando do envio dos presentes autos à minha revisão, fiz pontuais apontamentos sobre a matéria.

E em face do esgotamento do assunto em seu voto e da fundamentação expendida, acompanho o Relator, sem mais considerações a serem feitas.

**É COMO VOTO.**

Recife, 26 de março de 2013.

  
Des. Eduardo Augusto Paurá Peres  
Revisor